

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 13ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais – Fevcamg – e o Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais – Fectipa-MG

1.2 – Mesa da Assembleia

1.3 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/12/2022

Presidência do Deputado Doutor Jean Freire

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Moisés Barbosa Ferreira Costa – Palavras da Sra. Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey – Palavras do Presidente – Apresentação Musical; Homenagem Póstuma; Apresentação Musical – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e a deputada:

Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Ana Paula Siqueira – Celinho Sintrocel – Mauro Tramonte.

Abertura

O presidente (deputado Doutor Jean Freire) – Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais – Fevcamg – e o Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais – Fectipa-MG.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais; o Exmo. Sr. Moisés Barbosa Ferreira Costa, coordenador do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais; a Exma. Sra. Daniele Bellettato Nesrala, defensora pública coordenadora da Defensoria Especializada de Infância e Juventude, representando a defensora pública-geral do Estado, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o Exmo. Sr. Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Defesa Social; a Exma. Sra. major Laila Ester Magalhães Oliveira Medeiros, subcorregedora do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando a corregedora, coronel Kênia Prates de Freitas; os Exmos. Srs. Carlos Augusto Cateb, presidente da Associação Profissionalizante do Menor – Assprom; e Vilson da Silva Mayrink, presidente da Fundação CDL; e as jovens Mariana Vitória e Giovana Santos.

Registro de Presença

O locutor – Registramos e agradecemos a participação dos parlamentares que acompanham esta reunião pela plataforma Zoom: deputado Mauro Tramonte, deputada Ana Paula Siqueira. Agradecemos também as seguintes presenças: Ana Célia da Silva, da Associação Amigos das Creches; Elenice de Oliveira Matos, do Centro de Educação para o Trabalho Virgílio Resi; Felipe Gustavo Pereira Vilela, do Centro de Formação de Aprendizizes e Trabalhadores; Luciana de Souza Castilho, do Centro Salesiano do Menor; Kleber de Castro Colomarte, do Centro de Integração Empresa-Escola; Shirlene Maria de Oliveira, da Associação de Ensino Social Profissionalizante; Livia Fernandes, da Superintendência Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência. Agradecemos também a participação de todos os representantes das instituições aqui presentes e ainda a todos que acompanham esta solenidade presencialmente, pela TV Assembleia e também pelo canal institucional da Assembleia no YouTube.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos todos os presentes para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional, que será executado pelo músico Pereira da Viola.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Neste instante, assistiremos a um vídeo de comemoração pela passagem do 20º aniversário do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg – e do 28º aniversário do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais – Fectipa-MG.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar aqui toda a Mesa nas pessoas do Moisés e da Elvira. Cumprimento todas e todos. Quero cumprimentar os servidores desta Casa, que nos possibilitam tanto nessas reuniões. Eu me lembro sempre, principalmente neste momento que vivemos, e que ainda estamos vivendo de pandemia, do trabalho maravilhoso que eles têm feito. Cumprimento todos que nos assistem no Estado de Minas Gerais pela TV Assembleia, que nos assistem no Estado de Minas Gerais e no Brasil pelas redes sociais.

Eu gostaria de convidar aqui, para ficar ao meu lado, já que agora já iniciamos a reunião e eu a estou presidindo. Não combinei nada com o Cerimonial, senão eles não me deixariam fazer isso, mas eu gostaria aqui de quebrar de início o protocolo e convidar para estar ao meu lado a Giovana e a Mariane. Gostaria de convidá-las para estarem aqui ao lado comigo presidindo esta reunião porque elas são jovens beneficiárias de ações realizadas pelo Fevcamg e pelo Fectipa. Então ninguém mais honrado para me ajudar nessa tarefa. Adolescente e jovem também gosta de quebrar protocolo, não é? Então vamos iniciar.

Diante da política de desmonte que se apresentava em nosso país nos últimos tempos, que se apresenta ainda em nosso país, enfrentamos duras batalhas em defesa das nossas crianças e adolescentes. Uma luta não se combate sozinho. Homenagear esses fóruns tem como objetivo expressar a gratidão que o Poder Legislativo tem por esses movimentos por nos manterem atentos à realidade social e por sempre manterem posições aguerridas, combativas diante da manutenção dos direitos das nossas crianças e adolescentes.

Como diz o último jovem no vídeo, não é só ser lembrado no 18 de maio, não é só ser lembrado no Dia das Crianças, no Dia da Juventude. Neste dia, aqui, em que estamos fazendo esta homenagem a essas entidades, crianças, adolescentes, jovens... A gente cresce ouvindo, e ainda hoje a gente escuta tanto estas falas: que são o futuro do nosso país. Vocês são o presente do nosso país. Vocês são o presente. Vocês que estão aqui, neste momento, por serem o presente também, merecem e devem, de uma vez definitiva, assim como as entidades que travam lutas fantásticas por vocês, não viver de pires na mão. Vocês não podem ficar mendigando para fazer um trabalho e tantos trabalhos tão lindos que fazem neste país afora, neste estado afora. Eu sou prova real disso, na região onde vivo, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, nos aglomerados. Trabalhar para quem, a cada dia, tenho a oportunidade de conhecer é muito bonito, muito bonito.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de visitar o Cersam e ver ali, com os meus olhos, e presenciar o trabalho bonito que tantas entidades fazem, que tantos se doam a fazer. Essas entidades e vocês não podem viver de pires na mão, não podem viver, a cada ano, frequentando aqui esta Casa e dialogando o PPAG, na Participação Popular. Vejo tantas políticas bonitas que vocês colocam não serem honradas pelo Poder Executivo, não serem executadas. Convidam o povo a direcionar os recursos públicos, o povo direciona, os recursos não são pagos, e as políticas não são feitas.

De uma vez por todas, repetindo mais uma vez o que diz o jovem naquele vídeo, vocês não devem e não merecem e não podem ser lembrados só nessa data. Para que este país avance de verdade, é preciso que vocês, que são o presente e que vão contribuir com o futuro, sejam colocados, de uma vez por todas, no orçamento. A criança, o adolescente, a juventude têm que estar no orçamento público, não têm que estar mendigando. Obrigado a essas entidades, tanto as entidades que estamos, aqui, hoje, homenageando, quanto todas que travam essa luta. Obrigado, Moisés e Elvira. Obrigado a cada um e a cada uma por nos ensinarem, a cada dia, Moisés. A cada dia, eu aprendo mais. A cada dia, eu me vejo mais dentro. Não tem como mais sair e nem quero. A cada dia, eu me vejo mais nessa luta.

Tenham certeza absoluta de que, independentemente do espaço que eu esteja ocupando aqui, nesta Casa, seja em Mesa, seja em comissões, o nosso mandato, a nossa ação parlamentar terá sempre, com muito orgulho, essa bandeira de luta na defesa de vocês. O meu muito obrigado. Convido vocês duas a permanecerem aqui comigo, para quebrar pela segunda vez o protocolo.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o 2º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Doutor Jean Freire, neste ato representando o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais, Sra. Elvira Mírian Veloso de Mello Cosendey; e ao coordenador do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais, Sr. Moisés Barbosa Ferreira Costa Ramos. A placa contém os seguintes dizeres: “Uma sociedade mais igualitária e fraterna, onde a dignidade é assegurada a todos os cidadãos, é necessariamente a consequência de políticas públicas que promovam os direitos das crianças e dos adolescentes. É por isso que merece reconhecimento o trabalho do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção aos Adolescentes de Minas Gerais – Fectipa –, coordenado pela Superintendência do Trabalho e Emprego de Minas Gerais e do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Fevcamg –, coordenado pela entidade Circo Belô. Formados por atores do governo e da sociedade civil, esses espaços de articulação e mobilização vêm contribuindo de forma histórica e decisiva para uma vida melhor e mais plena na infância e na juventude. Assim, no 28º aniversário de criação do Fectipa e no 20º aniversário do Fevcamg, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende a ambos os fóruns essa justa homenagem.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Moisés Barbosa Ferreira Costa

Bom dia a todos. Quero agradecer e cumprimentar a Mesa, os Exmos. Srs. 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dr. Jean Freire, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus; Elvira Mírian Veloso de Mello Cosendey, coordenadora do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais; Daniele Nesrala, coordenadora dos Direitos da Criança e do Adolescente e defensora pública, representando a defensora pública-geral Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; Duílio Silva Campos, subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Maj. Laila Ester Magalhães Oliveira Medeiros, subcorregedora do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representando a corregedora, Cel. Kênia Prates de Freitas; Carlos Augusto Cateb, presidente da Associação Profissionalizante do Menor - Assprom; Vilson da Silva Mayrink, presidente da Fundação CDL-BH; e também as adolescentes Mariane Vitória e Giovana Santos, que estão representando os adolescentes aqui hoje.

Acho que este momento é de agradecimento para todo mundo que participa do Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Fectipa, mas eu também vou quebrar a regra e passar a palavra daqui a pouco à Elvira, para ela fazer seu agradecimento pelo Fectipa, e focar aqui no Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Eu não vejo forma de enfrentar a violência sexual que não seja o trabalho em rede, então, quando a gente se organiza em rede para enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, a gente está dizendo que é um fenômeno muito complexo, com uma estrutura muito diferenciada, e que se apresenta de formas muito diferentes dependendo da cidade, dependendo do estado e da situação econômica dessa criança, desse adolescente e dessa família; e o Fevcamg há 20 anos tem feito essa discussão. Hoje, o Fevcamg é membro do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e, para a gente, completar 20 anos com o fórum fazendo plenária de forma ininterrupta, uma vez por mês, todos os meses, é uma riqueza, porque nós somos o único fórum em nível nacional que é específico para o combate à violência sexual e que se reúne há 20 anos de forma ininterrupta. Então, isso alegra o nosso coração. A gente sabe que Minas Gerais está sempre à frente nessas discussões, nessas articulações, e o Fevcamg tem sido aí, em momentos difíceis – há momentos mais fáceis e outros mais difíceis também –, esse fórum guerreiro, aguerrido.

Então, quero agradecer muito a todas as instituições que compõem o fórum. Eu participo do fórum desde os 15 anos de idade. Então, desses 20 anos, já são 18 em que eu participo, e há pessoas que já participavam antes de mim e estão até aqui hoje conosco – eu não vou citar os nomes para não correr o risco de não falar de alguém. Eu quero agradecer às instituições parceiras: em primeiro lugar, ao comitê nacional, porque ninguém faz nada sozinho, nós não somos um fórum que está aqui isolado, trabalhando por si só, e é nessa troca com os fóruns de outros estados e de outras regiões que a gente vai se fortalecendo, que a gente vai trazendo novas ideias e colaborando também com os demais estados. Quero fazer um agradecimento muito especial à Sedese, e vou citar as pessoas da Eliane Quaresma e da Maria Helena, que são participantes muito antigas do fórum e que estão há muitos anos com a gente, sempre que precisamos, várias vezes tomando até a frente de ações. Então, faço certamente essa homenagem à militância das duas dentro desse fórum e também à equipe da Sedese e da Cepcad. Quero também fazer um agradecimento especial ao pessoal da Secretaria de Educação, que foi, assim, uma grande parceira do fórum esse tempo todo, mas principalmente na pandemia, quando a gente conseguiu trabalhar essa temática com diversos professores que estavam trabalhando on-line com as crianças e adolescentes – foi uma riqueza muito grande para a gente; ao Ministério Público estadual, na pessoa da Dra. Paola, do CAO da Infância, que sempre acompanha as ações do fórum; e à turma da Prefeitura de Belo Horizonte, da Diretoria de Políticas para Crianças e Adolescentes. Quero ainda fazer um agradecimento especial à Secretaria de Educação e à Secretaria de Assistência Social da prefeitura. Não posso deixar de citar o Conselho Tutelar de Belo Horizonte e os conselhos dos outros municípios que participam do fórum e que são grandes parceiros também, estão sempre fazendo as ações junto conosco; o CMDCA de Belo Horizonte, no Instituto Macunaíma, do presidente Rodrigo, e também na Prefeitura de Belo Horizonte, que sempre participa conosco também das ações; a Câmara Municipal de Vereadores, com vereadores sempre muito atuantes. Quero destacar aqui um agradecimento ao vereador Pedro Patrus e à vereadora Macaé Evaristo, que nesses últimos anos têm sido muito próximos da gente, conseguindo muita coisa boa para Belo Horizonte; e aos fóruns parceiros que são membros do Fevcamg também: o Fórum Mineiro de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares, representado pelo seu presidente Carlos Guilherme; o próprio Fectipa, um fórum muito parceiro, na pessoa da Elvira e de todo mundo que faz as ações junto conosco; à frente parlamentar desta Casa, da Assembleia, por meio dos mandatos do deputado Doutor Jean Freire, da Ana Paula e também da Laura Serrano, que acompanha junto com a gente essas ações também.

Um agradecimento especial à Casa da Juventude, de Itaobim; ao Instituto Arco-Íris; ao projeto Rompendo o Muro do Silêncio; ao Circo Belô, instituição que eu coordeno; ao Instituto DH e ao Lar Fabiano de Cristo, que coordenam esse fórum junto com o circo; ao Educandário Irmãs Carmelitas Missionárias; à Cáritas; e ao Instituto Itaka. Agradeço aos municípios que foram mais presentes no decorrer desses anos e que estão presentes até hoje fazendo ações do Fevcamg e que dão a esse fórum esse caráter estadual – e muitos deles nos acompanhando aí pela Assembleia. Então um abraço a quem está nos acompanhando e aos membros do fórum de Perdígão, Campo Florido, Uberaba, Januária, Itabira, Itaobim, Medina, Divisa Nova, Capitão Eduardo, Jenipapo de Minas, Nepomuceno, São João Nepomuceno, Aimorés, Nanuque, Novo Cruzeiro e Timóteo. Um agradecimento também às instituições: à Providence, grande parceira do fórum; ao CIEE-MG e ao Sesc, que também são nossos parceiros aí nas ações.

Quero destacar aqui também a Rede de Adolescentes do Fórum de Enfretamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma rede que já atua há mais de 10 anos. Neste ano foram muito lindas as ações que os meninos fizeram principalmente no seminário “Novos Diálogos”, onde a gente montou uma mesa bastante linda aqui com a representação deles, uma mesa inteira só de adolescentes falando. Eu acho que para isso é que surgiu a RAD-Fevcamg. Então um abraço para cada adolescente da RAD de Belo Horizonte, das instituições de profissionalização, de cultura e de arte, mas principalmente para esses adolescentes da RAD do interior. Vários estão nos acompanhando pela TV Assembleia hoje, pelo portal da Assembleia. Que vocês continuem sendo adolescentes mobilizados, que lutem mesmo pelo fim da violência sexual nas suas cidades, nos seus municípios. Nós sabemos que não é fácil esse enfrentamento porque a cada ano a violência sexual também se configura de outras formas, não é? Quando a gente começou a fazer esse trabalho, pelo menos quando eu entrei, a gente ainda tinha ações de ir para a pista e de procurar essas meninas em locais onde estavam nas ruas. E a gente sabe que hoje em dia, no mundo virtual, muitas vezes a menina que está sendo

explorada sexualmente ou o menino... Esse programa é marcado ali pelo WhatsApp, e, às vezes, a gente nem vê isso acontecer na rua. Por isso eu falei, até no vídeo que a Assembleia gravou conosco, que é um fenômeno invisível, mas estamos aqui para dar visibilidade a ele. Então, quando a gente vem para cá, para a Assembleia, não só nas audiências, mas como na cessão de espaço que tivemos este mês aqui para o seminário e para este momento agora, que é de homenagem a esse tempo do fórum, nós estamos dando visibilidade. Eu lembro que um tempo atrás, quando comecei, há quase 20 anos, a gente precisava dizer nas campanhas: “Sexo com crianças é crime. Denuncie!”.

Então nós sabemos que estamos lutando contra algo que é cultural, algo que é estrutural. Não há como enfrentar a violência sexual contra criança e adolescente sem enfrentar a desigualdade social. E aí nós precisamos de políticas que combatam a desigualdade social, como as políticas do Bolsa-Família e de aprendizagem, que nós temos que defender. Aprendizagem é uma das principais armas de combate à exploração sexual, porque, quando esse menino tem a possibilidade de se tornar um aprendiz, de aprender uma profissão e de ter um emprego no futuro, é mais uma pedra ali no caminho dele para que ele não entre nesse mercado da exploração. Então é uma grande política que nós precisamos defender também, assim como o fortalecimento dos conselhos tutelares.

Nós vivemos um período agora de perseguição aos direitos humanos, um período em que os recursos voltados para a assistência social foram cortados, em que todos os movimentos de direitos humanos do Brasil foram perseguidos em nível nacional. Todos os conselhos sofreram com isso, principalmente o nosso Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E nós, enquanto movimento, enquanto pessoas de luta, estamos falando por aqueles que, às vezes, não podem subir aqui para falar. Muitas vezes essa menina ou esse menino que está sendo abusado sexualmente não vai estar aqui, na Assembleia, com este espaço de fala. Nós falamos em nome deles com a fé e com a certeza de que, nos próximos quatro anos, teremos um Brasil melhor para essas crianças e adolescentes, um Brasil que olhe mais para o mais pobre, que os inclua mais. É impossível enfrentar a exploração sexual sem enfrentar a cultura do machismo, sem enfrentar a cultura da homofobia, sem enfrentar a cultura do racismo. Nós sabemos que o abuso sexual, na maioria das vezes, acontece dentro de casa por um pai, por um padrasto, por alguém da própria família ou, na maioria das vezes, por um homem que se sente ali dono daquela esposa, daqueles filhos, daquela família e que acha que pode, inclusive, violar o desenvolvimento da sexualidade da sua filha ou do seu filho. Então, toda vez que a gente fala de combate ao machismo, de combate ao racismo, de combate à homofobia, nós estamos falando do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quero citar também aqui a nossa campanha “Faça bonito”. Vocês estão vendo aí a gérbera, não é? Nós criamos essa campanha dentro do comitê nacional porque acreditávamos que o Brasil precisava de um símbolo de combate à violência sexual do nosso país, que o Brasil precisava de um símbolo que não fosse de um governo ou de outro, que não fosse de um partido ou de outro, que não fosse de direita ou de esquerda, mas que fosse um símbolo que transcendesse mesmo os atuais governos e quem está lá. Então criamos a campanha “Faça bonito! Proteja nossas crianças e adolescentes”, já numa perspectiva de mudança, de tentar positivar a nossa luta, de tentar positivar uma luta que é em defesa do bonito de ser criança, de ser infância. Criança tem que brincar, estudar. Criança tem que ter o seu momento de lazer, de proteção e tem que receber amor. A Declaração Universal dos Direitos das Crianças fala que toda criança tem direito ao amor. Acho muito bonito essa parte porque não é um amor só de sentimento, mas de ação e de proteção. E quando a gente escolhe essa gérbera amarela para ser o símbolo nacional dessa campanha, a gente pensava, naquele momento, que a criança, assim como a flor, precisa ser cuidada para crescer. No tempo certo a semente vai brotar, no tempo certo ela vai crescer e ela tem que ser protegida, tem que ser protegida. Quando a gente ganha uma flor, quando a gente tem uma plantinha, a gente tem que regá-la, a gente tem que colocá-la no sol, mas não pode expô-la tanto, a gente tem que entender de quanto sol ela precisa, de quanta água ela precisa, para que possa crescer.

Então o Faça bonito! e esse símbolo que está aqui, nas paredes, que está nessa faixa, aqui em frente, foi escolhido porque nossas crianças também são assim. Cada uma precisa de um olhar especial. Como as flores não são iguais, as nossas crianças também não são iguais, os nossos adolescentes também não são iguais, e essa rede tem que olhar com esse olhar de amor, com esse olhar

diferenciado. Assim ela vai crescer protegida e vai ficar bonita como a flor. A recompensa para a gente é ver essa criança brilhar, irradiar como uma pessoa boa neste mundo, como uma pessoa que supera seus traumas.

Claro que ainda temos que avançar muito, mas temos várias ações aqui, na Assembleia, na Câmara e em outros espaços, onde trazemos denúncias, reclamações e pedimos políticas de avanço. Hoje, não. Hoje estamos aqui para comemorar tudo o que a gente já alcançou. Lembro de que quando escolhemos a logo da campanha, pensávamos: “Faça bonito! Enfrente a violência sexual; faça Bonito, proteja as crianças da violência sexual”, e resolvemos tirar “violência sexual” até do nome da campanha. Proteja as nossas crianças e adolescentes! Protegendo-as em todos os âmbitos, com certeza, vamos enfrentar a violência sexual contra elas.

Nos primeiros anos, ainda precisávamos de que as pessoas fizessem uma provocação. A gente ainda tentava fazer um relatório estadual das ações da campanha “Faça bonito!”, mas hoje é uma coisa orgânica. No nosso site “façabonito.org” fica disponível todo o material para as campanhas. E as pessoas hoje usam isso espontaneamente. A gente vê, em vários lugares, que isso pegou mesmo. Às vezes, a gente fala e as pessoas nem se lembram de que foi uma campanha que começou com o comitê nacional, Fevcamg. Para a gente, é uma delícia, porque a gente não queria mesmo que fosse... O foro tem a sua logo. A gente criou “Faça bonito!” para ser uma campanha nacional e é hoje uma das maiores campanhas nacionais de direitos humanos do Brasil, muito reconhecida.

Quero até citar aqui que, várias vezes, as pessoas vão lá e mexem na logo. E a gente a deixou lá para mexerem mesmo. O movimento LGBT, por exemplo, faz uma discussão todo ano de combate à violência sexual, no dia 18 de maio. Eles fazem essa logo, cada uma com uma pétala do arco-íris, que é da bandeira. A gente acha muito legal porque é o movimento em que a violência sexual se apresenta de várias formas, e o nosso símbolo também. Eu gosto quando fazem jardins com ela, quando a usam para as artes todas. Então é um orgulho para a gente, do Fevcamg, que Minas Gerais seja tão forte nessa campanha.

Vou aqui convidar minha colega, minha amiga de muitos anos. Quando eu entrei, adolescente, ela já era veterana. Vamos ouvir Elvira Mírian Cosendey. Venha cá, Elvira, vamos dividir esta fala, para que você possa também falar do Fectipa, um fórum pelo qual tenho extremo carinho, extremo respeito, do qual participei ativamente por muitos anos. Na última quarta-feira do mês, pela manhã, participei da reunião. Continuamos parceiros no que for preciso. Obrigado, gente.

Palavras da Sra. Elvira Mírian Veloso de Mello Cosendey

Eu não sou muito boa em cerimonial, não. Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao Doutor Jean, à Assembleia, a todas as entidades que aqui lotam este Plenário. Talvez vocês não estejam vendo, mas as galerias estão lotadas de adolescentes. Talvez vocês pudessem chegar aí um pouquinho, para o pessoal ter uma noção.

Está todo mundo no celular, e não estão me ouvindo, não, não é? Cheguem o rostinho aí para termos noção de quem está nas galerias. Outra coisa: quero que todo mundo levante as gérberas. Isso, gente. Olhe a fotografia. Olhe a foto. Ela foi feita para a gente mostrar a nossa irmandade, a nossa participação. Muito bem, muito bem, muito bem. Obrigada, viu, gente?

Cumprimento o Exmo. Sr. 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus; a Sra. coordenadora de Direitos da Criança e do Adolescente, defensora pública Daniela Nesrala, representando a defensora pública-geral Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; o Exmo. Sr. subsecretário de Direitos Humanos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Duílio Silva Campos; a subcoordenadora do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – olhem nós aí na fita, gente –, Maj. Laila Ester Magalhães Oliveira Medeiros, representando a corregedora Cel. Kênia Prates de Freitas; o Sr. presidente da Associação Profissionalizante do Menor – Assprom –, meu dileto amigo Dr. Carlos Augusto Cateb, do meu coração, Dr. Carlos; o Sr. presidente da Fundação CDL, Vilson da Silva Mayrink, também meu amigo, meu parceiro, sempre junto com a gente; e as meninas Mariane Vitória e Giovana Santos. E, em nome das duas, cumprimento todos os adolescentes presentes e também o Felipe, que sumiu. Ele falou que é de escorpião e gosta de ficar no buraco. Oi, filho, estou aqui.

Gente, é uma alegria poder estar aqui nesses anos todos de luta. São 38 anos militando na defesa dos direitos da criança e do adolescente na Constituinte de 1986, para escrever o art. 227 da Constituição, para escrever o Estatuto da Criança e do Adolescente; e depois uma jornada imensa para implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Hoje, no passar desses anos, eu vejo que a gente caminhou bastante, caminhou bastante. Eu trabalhei com o código de menores, e hoje, com o estatuto, muita coisa caminhou, mas eu tenho falado que o estatuto... Não é, Eliane Quaresma, a nossa eterna presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, nossa parceira de longa caminhada? Só falta a Regina, da Assprom, para lhe falar que há 32 anos está junto comigo. Ela morre de raiva de eu falar que a gente tem esse tempo todo junto. Hoje tenho dito que o estatuto ainda não saiu do papel. Porque todas as políticas, Doutor Freire, ainda ficam voltadas, focadas na criança e no adolescente. Nós não temos políticas municipal, estadual e federal voltadas para a família. O Creas e o Cras ainda não conseguiram também romper o foco no adolescente ou na criança. Esse adolescente, essa criança tem uma família, vive com uma família, vive com pessoas que deveriam estar protegendo e cuidando, e essa família muitas vezes está passando por dificuldades e coloca no ombro do adolescente a responsabilidade da família.

Então nós precisamos de programas que fortaleçam o pai, fortaleçam a mãe, o irmão, a tia, a avó, porque hoje os arranjos familiares são muito diferentes e refletem a realidade. Muitas vezes, no pós-pandemia, as famílias só têm crianças e adolescentes porque os pais morreram com a covid. Então, como nós vamos cuidar dessa família e dessas pessoas que estão juntas, sob o mesmo teto, dividindo as mesmas dificuldades?

Faço esse apelo de que a gente tenha políticas voltadas para as famílias referenciadas e de que o Cras e o Creas possam sair de seus contextos e irem lá visitar essa família, conhecer essa realidade dessa família. Por que esse jovem chegou atrasado à escola ou à aprendizagem? O que está acontecendo com esse jovem? Esse jovem aprendiz está tendo uma oportunidade. Nós aqui, em Minas, temos em torno de 75 mil vagas de aprendizes, e a previsão é de 114 mil vagas. Nós temos, no Brasil, mais de 1,4 milhão de vagas, e não estão todas preenchidas.

Nós temos o programa Descubra!, e, na realidade, a gente fazia o programa Descubra! dentro do Fectipa, nós já fazíamos isso e continuamos fazendo. Há casos, que ainda me são encaminhados, de conselheiros tutelares desesperados com adolescentes, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade de querer tirar a própria vida e de querer sair do mundo das drogas, e eu não consigo ver como seguir uma burocracia. Então eu apanho uma listinha de alguns companheiros aqui, de algumas pessoas de muita boa-fé e falo: “Pelo amor de Deus, esse adolescente precisa entrar para a aprendizagem”. E ele é recebido dentro dessas instituições que fazem toda a diferença, porque esses meninos são acolhidos, cuidados por essas entidades que se fazem aqui presentes.

Eu não consigo, gente, nomear todos os membros do fórum porque são mais de 80 entidades formadoras e não consigo falar todas. Quanto às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social, existem também em torno de 80 secretarias que fazem parte do fórum. No meu mailing list, composto por três fóruns, sendo dois principais, eu tenho mais de 500 pessoas no meu mailing list. Nós temos um grupo de WhatsApp, que é o grupo do WhatsApp Fectipa Aprendizagem, e estou o dia inteiro nesse WhatsApp. Eu tenho também o WhatsApp do Fectipa Aepeti, das ações estratégicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, que é mais uma soma de conselheiros tutelares, de conselheiros municipais, de secretários municipais de Desenvolvimento Social, e de técnicos das estratégias do Aepeti nos municípios. Então eu fico o dia inteiro também ali, no WhatsApp.

Existe ainda o chamado Juventude Fectipa, não é, gente? O Juventude Fectipa é composto pelas entidades, principalmente as de Belo Horizonte, que levam os adolescentes. Nós estávamos reunidos na quarta-feira, quando a jornalista esteve lá, e ela pôde assistir à nossa reunião. Nós tínhamos mais de 60 aprendizes naquele dia e nós conseguimos lanches do McDonald's para todos eles. Um lanche supergostoso com aqueles sanduíches de que a gente gosta mais. Foi um momento de um sarau: eles cantaram; eles dançaram; eles declamaram poesias próprias porque há poetas maravilhosos no nosso fórum.

O nosso fórum vive nos eventos que a gente faz. A gente também atua em todas as datas alusivas, como o Carnaval. Em abril, temos o Dia da Empregada Doméstica. Temos o dia 24, que é o Dia do Adolescente Trabalhador. Geralmente, fazemos a semana da aprendizagem nesse período. Aí temos o 18 de maio. Embora não sejamos nós que puxamos, quem puxa é o Fevcamg, vamos juntos com ele lembrar desse dia. Temos também a Semana da Diversidade, em que reunimos vários aprendizes através até do Youtube, com 700, 800 mil jovens participando e em que vamos falar de todas as diversidades religiosas, de todos os modos de fé e que devemos respeitar a fé de cada um. Depois falamos dos LGBTQIA+, de todas as identificações de gênero e sexualidade. Depois falamos da questão ético-racial, que somos um país de todas as raças, de todas as hereditariedades que temos. O dia 12 de junho já é uma data puxada por nós, e o Fevcamg engrossa essa voz. Temos o 13 de julho. Aí já é o Moisés quem puxa, e fortalecemos as ações dele. Em agosto e setembro temos o Festival de Talentos. Nesse festival, colocamos, Dr. Jean, 1.200 aprendizes dentro do Sesc Palladium. Gente, é um evento coordenado pelo Célio, do Cenap, que mobilizou, idealizou, é o diretor. É lógico que ele também tem uma comissão de entidades. Tudo que fazemos é um complementando o trabalho do outro. No Festival de Talentos, temos já vários alunos que já estão no Conservatório da UFMG, que são alunos de teatro. Agora, estamos com um projeto de teatro. Temos a orquestra da Ramacrisna. Temos a orquestra do Tribunal de Justiça, que também tem aprendizes, jovens trabalhadores. Agora vamos ter uma companhia de teatro que também está sendo desenvolvida no Cenap. Será uma companhia de teatro que vai fazer apresentações em defesa dos direitos da criança e do adolescente e do enfrentamento ao trabalho infantil e à proteção do adolescente trabalhador. Provavelmente também eles vão fazer uma peça para o enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual, porque estamos juntos complementando.

Bom, o fórum tem praticamente 29 anos. Completaremos 29 anos no dia 23 de dezembro. Foi criado por uma portaria do auditor-fiscal, pela Superintendência Regional do Trabalho, quando o ministério percebeu que o auditor-fiscal sozinho não conseguia erradicar o trabalho infantil. Então, o que o ministério fez? Chamou toda a rede e dividiu com ela essa responsabilidade. Então, hoje a auditoria fiscal conta com uma rede de proteção. Ela retira imediatamente a criança do trabalho infantil. Se o adolescente estiver em situação de vulnerabilidade, ela procura trocá-lo para uma função em que ele possa continuar. Se for uma condição insalubre, perigosa, ela, então, vai retirar esse jovem do trabalho e vai encaminhá-lo para a aprendizagem. Por exemplo, o projeto Descubra, prioritariamente, atende aos meninos do socioeducativo e aos meninos afastados do trabalho infantil. Então, existe uma complementariedade das ações.

E, nesses 28 anos, foram muitas as realizações. Não há nem como a gente enumerá-las aqui. A gente também faz reuniões itinerantes. Já fizemos várias reuniões itinerantes pelo Estado. Aliás, para 2023, já temos que pensar nessas reuniões itinerantes. Foram muitas lutas. Como tem gente que ainda quer acabar com a aprendizagem! Todos os dias, levanta-se uma cabeça má que quer acabar com a aprendizagem. Gente, a aprendizagem atender 1,4 milhão de adolescentes no País pode parecer pouco diante do cenário de jovens, de adolescentes que a gente tem no Brasil, que é de milhões. Hoje eu não tenho esse dado completo, mas vocês podem consultar o Google aí e me ajudar. A aprendizagem tem um recorte que compreende as idades de 14 a 24 anos. A gente tem um decreto vigente que prevê até 29, mas ele vai cair; nós já temos outro pronto que vai substituí-lo.

Nossa luta, Doutor Jean Freire, é constante, é diária. Nós precisamos começar hoje uma campanha para a gente aprovar o PL nº 6.119, o 6.461, do deputado Marco Bertaiolli, que é o Estatuto do Aprendiz. Então nós precisamos nos manifestar porque já há 112, já havia 112 emendas parlamentares maltratando o Estatuto do Aprendiz. Nós temos que aprovar o Estatuto do Aprendiz como ele está. Meninos, mostrem os dedinhos aqui! Já estão me mandando calar a boca? (– Pausa.) Mostrem os dedinhos! Todo mundo no celular, na rede, na rede do Fectipa. Nós temos o TikTok, nós temos o Instagram, nós temos o Facebook, nós temos o YouTube... (– Manifestação nas galerias.) O Twitter. Obrigada. Hein? (– Manifestação nas galerias.) Instagram. Obrigada. Nós estamos nessas cinco redes. Procurem lá: Fectipa-MG. Nós estamos muito preocupados com essa ameaça à aprendizagem. Então eu conto com vocês. Entrem na rede do Fectipa e coloquem a hashtag, que foi criada agora: “fim ao Estatuto do Aprendiz”. Podem lançar essa hashtag agora. Alguém tem uma melhor? Eu aceito.

Gente, obrigada. Não sei se me estendi além do tempo, mas era esse o recado que eu queria dar. Muito obrigada, aprendizes, por vocês estarem aqui comigo. Muito obrigada. Isso me fortalece.

O locutor – Com a palavra, o deputado Doutor Jean Freire, representando o presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Pronunciamento do presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, na reunião especial destinada a homenagear o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais e o Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Minas Gerais. (– Lê:) "O enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes e o combate ao trabalho infantil estão entre as preocupações permanentes da Assembleia de Minas. Estamos sempre empenhados na produção legislativa, na promoção de debates e na fiscalização do Poder Executivo em pautas relacionadas às políticas públicas de proteção, promoção e garantia dos direitos da infância e da juventude. O art. 227 da Constituição da República estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A família, a sociedade e o Estado também são responsáveis, nos termos do mesmo artigo, por colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que regulamenta este artigo da Carta Magna, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte do Estado, da sociedade e da família. Todos, incluindo a família e a comunidade, somos responsáveis pela criança e pelo adolescente e devemos dar prioridade à solução dos problemas que eles venham a enfrentar. É nossa missão coletiva assegurar o cumprimento do estatuto, em nome da liberdade, da dignidade humana e da valorização da vida.

Neste contexto, é sempre um motivo de bem-vinda alegria para esta Casa destacar o trabalho daqueles que se dedicam à defesa dos direitos das crianças e adolescentes no que tange à proteção contra o trabalho infantil, às ações contra a violência sexual e ao afastamento das atividades que prejudicam a sua saúde. Este é o caso do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção aos Adolescentes de Minas Gerais, que é coordenado pela Superintendência do Trabalho e Emprego em Minas Gerais. Igualmente, merece todas as homenagens o Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual, hoje coordenado pela entidade Circo Belô.

No caso do trabalho infantil, esta ainda é uma realidade perversa para muitos meninos e meninas no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2019 havia 1,8 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população nesta faixa etária. O Brasil comprometeu-se a cumprir os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas para garantir a erradicação de todas as formas de trabalho infantil em 2025, mas o cumprimento da meta tornou-se difícil de ser cumprido em razão da pandemia de covid-19, entre outros motivos.

Em referência à exploração sexual, também agravada durante a pandemia, a situação é ligada a uma combinação de fatores que incluem a pobreza das famílias e a estrutura muitas vezes precária do poder público municipal, caracterizada, por exemplo, pela falta de um conselho tutelar. Em Minas, as regiões que concentram o maior número de casos são o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Combater estes dois graves problemas sociais – a violência sexual contra crianças e adolescentes e o trabalho infantil – é uma questão que afeta a todos e requer a adesão de cada segmento social, pois trata-se de nosso futuro, a ser vivido com dignidade, garantindo a qualquer criança o direito de participar da construção de uma cidadania plena.

A atuação de ambos os fóruns reflete a busca por uma cidadania efetiva, pautada pela justiça, a democracia e a fraternidade. Seu trabalho se destina, em última instância, a fazer com que todas as crianças, mesmo as mais vulneráveis, vivam num ambiente

favorável ao seu desenvolvimento. Eles também cobram do Estado o cumprimento do dever de oferecer oportunidades para o jovem em situação de carência social e vítima da falta de estrutura familiar.

Por todos esses motivos, promovemos neste evento uma justa homenagem ao Fectipa-MG, que é coordenado pela Superintendência do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, e ao Fevcamg, coordenado pela entidade Circo Belô. Ambos os fóruns são reconhecidos por sua valorosa atuação na defesa dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes e na proteção contra a violência sexual e contra o trabalho infantil, mazelas que afetam nossa infância e nossa juventude e que exigem toda a nossa atenção. Muito obrigado".

Apresentação Musical

O locutor – Agora teremos uma apresentação musical com o músico Pereira da Viola, que vai apresentar as seguintes músicas: *Eu só peço a Deus*, de León Reico; *Negra menina África*, de Eduardo Boaventura; *Viva a vida*, dele, Pereira da Viola.

Em nome do 2º-vice-presidente da Assembleia, deputado Doutor Jean Freire, aproveitamos o momento para agradecer a participação de Pereira da Viola nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Pereira, quebrando o protocolo, continue na viola, só na viola, bem baixinho, com essa música, por gentileza. Continua. Enquanto eu vou fazer uma homenagem, você continua ela bem baixinho.

Homenagem Póstuma

O presidente – Eu gostaria de prestar uma homenagem à Luana Rafaela Oliveira Barcelos, uma criança de 12 anos atendida pelo Centro de Referência Dom Bosco – era atendida –, que, enquanto comemorava o resultado das eleições, foi brutalmente assassinada. Enquanto nós, de pé, prestamos 1 minuto de silêncio, eu peço que você continue com essa música.

– Procede-se à homenagem póstuma.

O presidente – Luana Rafaela Oliveira, presente, presente, presente! Luana Rafaela Oliveira, presente, presente, presente! Eu só peço a Deus que, enquanto todas essas questões que nos incomodam existirem, não possamos nos acomodar. Obrigado.

Apresentação Musical

O Sr. Pereira da Viola – Bom dia a todos e a todes. É uma alegria muito grande, uma honra muito grande poder estar fazendo parte desta importante e necessária reunião. Quero agradecer mais uma vez aqui, de coração, o convite do meu querido amigo Doutor Jean Freire.

A próxima canção também é um chamamento muito importante. Nós acabamos de sair de novembro, quando comemoramos ou pelo menos discutimos e tentamos fazer com que todo o nosso povo negro possa ser ouvido, para que ele possa alcançar o seu lugar de direito nesta sociedade.

Esta canção do meu querido amigo Eduardo Boaventura eu conheci em 1988, quando se falava dos 100 anos da abolição da escravidão. Então é uma mensagem para nós, negros e negras, mas também para aqueles e aquelas que se identificam com a nossa causa: *Negra menina África*.

– Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Pereira da Viola – Obrigado! Para encerrar essa minha participação aqui, se alguém me arranjasse um copo de água seria uma excelente maravilha, porque a garganta secou. Quem se atreve? Antes de chegar à água, quero dizer que essa canção se chama *Viva a vida*. Eu a compus num momento em que eu estava bastante agoniado com essa coisa da pandemia. Eu peguei covid e estava um pouco mal, principalmente fisicamente. Aí, indo para o trabalho, no caminho, me veio essa inspiração. Dei uma emagrecida

boa. Tudo isso é importante, mas tem uma coisa mais importante ainda, que é: estou vivo, estamos vivos. Estamos aqui e estamos vivos, e isso é motivo de comemoração, isso é motivo de a gente acreditar em dias melhores.

Tem um refrão muito bacana, vocês vão pegar rapidinho.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Muito obrigado, Pereira, mas convido-o a quebrar o protocolo pela última vez agora. Você vai tocar mais uma música, não é, Pereira?

O Sr. Pereira da Viola – Mais uma?

O presidente – Mais uma. Você vai tocar mais uma. Agora, eu estou achando essa juventude muito parada, esses adolescentes muito parados.

O Sr. Pereira da Viola – É verdade. Estão meio parados mesmo.

O presidente – Nós não combinamos nada, mas vamos mostrar a eles como a gente faz aquele trenzinho lá, no Vale do Jequitinhonha e no Mucuri. Vamos?

O Sr. Pereira da Viola – Uai, se todo mundo topar vai ser excelente, uma maravilha! Na verdade...

O presidente – Lucas, Catarina, Poliana, ajudem a mostrar como é que se faz o trenzinho. Levante todo mundo. Vamos?

O Sr. Pereira da Viola – A música chama *Camaleão*.

– Procede-se à apresentação musical.

O presidente – Pessoal, eu gostaria de agradecer a cada uma e a cada um aqui presente. Vamos ter que levar esse povo aos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri para eles se animarem. Gratidão a vocês, mais uma vez. Muito obrigado a cada uma e a cada um. Regimentalmente, temos que encerrar a reunião. Logo após encerrar a reunião, a Elvira quer fazer uma homenagem aos parceiros.

Peço que fiquem aqui para fazermos uma homenagem, mas, oficialmente, temos de encerrar.

Encerramento

O presidente – A presidência agradece a todos a honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 6, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 12/9/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza, através do uso do Fundo Fixo de Caixa destinado à Diretoria de Planejamento e Coordenação, o reembolso de despesa referente à aquisição de uma licença da ferramenta *Mobiscroll – Versão Scheduling & Calendaring*, para o desenvolvimento da ação estratégica Reformulação do Portal da Assembleia e da Intranet; 2ª) autoriza o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem ao deputado Cristiano Silveira, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Artebrilho Multiserviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de condução de veículos automotores – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda., tendo como objeto a aquisição de suprimentos de informática para impressora – parecer favorável à contratação, oriunda do

Pregão Eletrônico nº 42/2022, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93, a Mesa ratifica a inexigibilidade de licitação, adotada com base no art. 25, *caput* e inciso I, da mesma lei, no Processo no Portal de Compras nº 1011014 91/2022, destinado à contratação de serviços técnicos especializados de suporte e atualização de versão para *softwares* do fabricante Oracle, conforme solicitação da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, ordenando a despesa em favor da empresa Oracle do Brasil Sistemas Ltda. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c os arts. 133 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 26/8/2022, a servidora Lúcia Ladislau Martins de Souza, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 31/8/2022, a servidora Jussara de Melo Ferreira, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6/9/2022, a servidora Maria Aparecida Barbosa, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts. 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/9/2022, a servidora Alexandra Martins Correia Buchetmann, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, o servidor Danilo Sá Fortes Rezende, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 19 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 19 de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 19/9/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide dispor sobre mostra artística em exposição na Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema. A seguir, a Mesa delibera: 1) Deliberação nº 2.798/2022 – dispõe sobre a gestão estratégica e a governança no âmbito da Assembleia Legislativa; 2) Deliberação nº

2.799/2022 – dispõe sobre o recurso administrativo de pessoal no âmbito da Assembleia Legislativa; 3) Deliberação nº 2.800/2022 – dispõe sobre a política de gestão de riscos no âmbito da Assembleia Legislativa; 4) Deliberação nº 2.801/2022 – dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito da Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 21 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 1/9/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de julho de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de julho de 2022, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/7/2022, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapias, por meio de plano privado, na modalidade de contratação coletiva empresarial – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Ana Paula dos Santos 01673012680 Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches, diariamente, inclusive aos domingos e feriados, a funcionários terceirizados de empresas contratadas pela Assembleia – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 49/2022, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/8/2019, o servidor Renato Barros Costa, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo, na especialidade de médico; verificado o cumprimento das condições previstas no art. 147 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 24.036, de 4/4/2022, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos arts.

105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/8/2022, o servidor Elias Ferreira da Silva, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 12 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 12 de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 21/9/2022

Às 11 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, por meio da Deliberação nº 2.802/2022, dispõe sobre a governança de contratações no âmbito da Assembleia Legislativa, e, por intermédio da Deliberação nº 2.803/2022, dispõe sobre a fase preparatória da contratação no âmbito da Assembleia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa 2Live Streaming Telecomunicações Digitais Ltda., tendo como objeto a locação de sistema de transmissão e recepção de áudio e vídeo, ao vivo, para TV, utilizando a rede de telefonia móvel celular (3G/4G LTE), como meio de transmissão – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção no Sistema Eletrônico para Votação – SEV-2000, instalado no Plenário da Casa – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Suporte Técnico da Secretaria-Geral Adjunta da Mesa, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/6/1993, dispensando, a partir de 26/9/2022, a servidora Rivânia Mara Alves Menicucci, membro suplente da Comissão Permanente de Licitação, e designando, para integrá-la, como membro suplente, o servidor Ricardo de Paula Tourinho. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 27 de setembro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 27 de setembro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 67ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 27/9/2022

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) julga improcedente o recurso da servidora aposentada Regina Celia Ferreira Felicori, determinando a manutenção da decisão proferida pelo Conselho de Diretores no Processo nº 15.094/2020; 2ª) julga improcedente o recurso interposto

pela licitante One Elevadores MG Ltda., contra decisão que declarou sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 13/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização de elevadores, com manutenção preventiva e corretiva, em elevadores nas edificações da Assembleia Legislativa. A seguir, por meio da Deliberação nº 2.804/2022, a Mesa dispõe sobre formas de realização das reuniões da Assembleia Legislativa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de outubro, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de outubro de 2022.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 3/5/2022

Às 14h14min, comparecem à reunião os deputados Rafael Martins, Bernardo Mucida, Leonídio Bouças e Charles Santos (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Duarte Bechir. Havendo número regimental, o presidente, deputado Rafael Martins, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ronaldo Scucato, presidente do Sistema Ocemg, publicado no *Diário do Legislativo* em 14/4/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.257/2021, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada visita conjunta com a Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e dos Recursos Hídricos à Usina de Hidrelétrica de Itumbiara, no Município de Araporã, para conhecer o projeto da Aneel que analisa a sinergia entre as fontes hidráulica e solar na produção de energia a partir do hidrogênio verde;

nº 11.289/2022, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre os motivos da demora do restabelecimento da energia elétrica no Município de Alagoa, ocasionando sérios prejuízos aos produtores rurais e aos produtores de queijo, bem como sobre os meios ou canais mais ágeis para que os produtores afetados com a falta de energia, que durou mais de 40 horas, possam receber a indenização pelos prejuízos sofridos;

nº 11.362/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à implantação de um programa estadual de oferta de energia solar para as famílias de baixa renda, coordenado pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, em parceria com as grandes empresas que estão se instalando no Estado;

nº 11.366/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a criação, pela Cemig, do Programa Social de Eficiência Energética para auxiliar instituições filantrópicas que prestam serviços sociais de acolhimento a dependentes químicos, casas de passagens para pacientes que são recebidos para tratamentos oncológicos em municípios distantes das suas residências e entidades filantrópicas que acolhem moradores de rua;

nº 11.368/2022, do deputado Carlos Pimenta, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que realize a limpeza do terreno do Bairro Jardim Primavera e de outros bairros de Montes Claros por onde passam linhas de transmissão de alta voltagem da companhia e que se encontram abandonadas, sem manutenção, com mato e lixo, proporcionando a proliferação de cobras, aranhas e escorpiões, além de ratos e baratas, e causando desconforto à população; e para que participe da vida comunitária dos moradores desses bairros e, em parceria com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, disponibilize recursos financeiros para a urbanização dessas áreas, construção de pistas de caminhada, iluminação dos locais e praças públicas;

nº 11.813/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que seja determinado grau máximo de prioridade em relação ao cumprimento das ordens de serviço para a disponibilização de energia elétrica para as empresas com projetos de instalação ou de espanção de parques industriais, tanto na região Sul de Minas quanto no Sudoeste mineiro, destacando-se que a demora no cumprimento dessas ordens tem causado enormes prejuízos relacionados à geração de emprego e renda para a população dessas regiões, além de provocar a perda de competitividade do Estado e, por conseguinte, a desaceleração da recuperação econômica de Minas Gerais;

nº 12.185/2022, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o processo de concessão de licença para atividade de mineração na Serra do Curral;

nº 12.195/2022, do deputado Bernardo Mucida, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e à empresa Taquaril Mineração S.A. – Tamisa – pedido de informações sobre o processo de licenciamento do projeto de mineração da Serra do Curral, autorizado pelo conselho na madrugada do último dia 30 de abril, consubstanciadas em toda a documentação relativa à mencionada licença de instalação de exploração;

nº 12.197/2022, do deputado Bernardo Mucida, em que requer seja encaminhado à mineradora Vale pedido de informações relativas à implantação do alteamento da Barragem de Itabiruçu, em Itabira, consubstanciadas em toda a documentação referente às licenças ambientais para o alteamento, bem como dos protocolos que garantam a segurança da barragem com a ampliação de sua capacidade de acumulação de rejeitos;

nº 12.198/2022, do deputado Bernardo Mucida, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações sobre a operação de exploração mineral da empresa Vale, no Município de Itabira, em especial quanto às garantias de segurança ambiental, considerando-se que a referida operação vem sendo realizada, desde outubro de 2016, por meio de licença provisória;

nº 12.201/2022, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Rafael Martins, Charles Santos e Bernardo Mucida, em que requerem seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos acerca da implementação do projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, que teve licenças prévia e de instalação da Fase 1 aprovadas em reunião do Copam realizada em 30/4/22, convidando-se para a referida reunião a Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente do Copam, e os Srs. Yuri de Oliveira Trovão, presidente da Câmara de Atividades Minerárias do Copam, Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários da Semad, e os demais conselheiros presentes na citada reunião do Copam, além de representantes da empresa Taquaril Mineração S.A., do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais;

nº 12.202/2022, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Rafael Martins, Charles Santos e Bernardo Mucida, em que requerem seja convocada a Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, para prestar esclarecimentos acerca do projeto Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, que teve licenças prévia e de instalação da Fase 1 aprovadas em reunião do Copam realizada

em 30/4/22, convidando-se para a reunião os Srs. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, presidente da Câmara de Atividades Minerárias do Copam, e Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários da Semad, e os demais conselheiros presentes na reunião do Copam, além de representantes da empresa Taquaril Mineração S.A., do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e da Associação dos Observadores do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural de Minas Gerais.

A presidência, nos termos do art.173 do Regimento Interno, deixa de receber o Requerimento nº 11.609/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia – MME – e à Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel – pedido de providências para a suspensão da tarifa de escassez hídrica cobrada sobre a conta de energia em Minas Gerais, em razão da mudança da situação fática na qual a tarifa foi estabelecida, em face da significativa melhora dos níveis dos reservatórios em decorrência das intensas chuvas que tem caído sobre o Estado desde o final do ano passado e da crise financeira, agravada pela pandemia, que assola boa parte das famílias mineiras. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2022.

Rafael Martins, presidente – Leonídio Bouças – Arnaldo Silva.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/8/2022

Às 14h35min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a revisão da composição da Câmara de Atividades Minerárias – CMI – do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam – e dos conselhos consultivos das unidades de conservação estaduais. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Letícia Camarano Minas, ambientalista e integrante do Fórum Permanente São Francisco; Camila Oliveira Magalhães Leal, moradora de Casa Branca e conselheira da Associação Comunitária do Jardim Canadá no Parque Estadual da Serra do Rola-Moça; Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, ambientalista com atuação no Copam e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e ex-conselheira da Câmara de Atividades Minerárias do Copam; Maria Júlia Gomes Andrade, coordenadora do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; e Jeanine Renate Souza Oliveira, mobilizadora do Projeto Manuelzão e representante do Movimento Mexeu com a Serra do Curral Mexeu Comigo; e os Srs. Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda, controlador-geral do Estado; Júlio César Dutra Grillo, professor, representante do Fórum Permanente São Francisco, ex-conselheiro da Câmara de Atividades Minerárias do Copam e ex-superintendente regional do Ibama; e Gustavo Tostes Gazzinelli, jornalista, ambientalista, integrante do Gabinete de Crise Sociedade Civil/Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental e diretor-presidente do Instituto Diadorim. A presidente, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

João Magalhães, presidente – Cristiano Silveira – Charles Santos – Sávio Souza Cruz.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/11/2022

Às 14h39min, comparecem à reunião os deputados Celinho Sintrocel, André Quintão e, remotamente, o deputado Betão, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho Sintrocel, declara aberta a reunião e,

nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Secretaria de Estado de Educação (19/8/2022); do Ministério da Justiça e Segurança Pública (12 e 25/8/2022); e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (4/8/2022). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.112/2021 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 3.493/2022 (relator: deputado Betão), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.839/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente, submetidos à votação e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.893/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para manutenção e ampliação das verbas destinadas à assistência estudantil e às bolsas de pesquisa e extensão, de modo a garantir a permanência dos estudantes nas universidades;

nº 12.894/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Senado Federal pedido de providências com vistas à imediata instalação da CPI do MEC, para se apurarem suspeitas de corrupção no Ministério da Educação;

nº 12.895/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para o cumprimento integral do orçamento inicialmente previsto para 2022, sem cortes e com ampliação dos investimentos em ciência e tecnologia;

nº 12.896/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para atender às demandas de recomposição salarial dos trabalhadores dos institutos federais de educação, aumento dos valores dos auxílios-creche e alimentação e aumento no percentual do ressarcimento do plano de saúde ou ressarcimento integral, bem como de adequação das carreiras dos técnicos administrativos em educação;

nº 12.897/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para a ampliação dos códigos de vagas nos institutos federais de educação – IFEs;

nº 12.937/2022, dos deputados Professor Cleiton e Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira, em que requerem seja encaminhado à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal pedido de providências para criar mecanismos de informação aos conselhos de direitos, conselhos tutelares, fóruns temáticos de defesa dos direitos da criança e do adolescente e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, sobre os projetos de lei apresentados às respectivas casas legislativas que visem a alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, a fim de que esses atores possam participar efetivamente das discussões e deliberações sobre o tema;

nº 12.965/2022, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Araçuaí para debater a violência sexual contra crianças e adolescentes no Vale do Jequitinhonha;

nº 13.037/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para recriar a carreira de auxiliar de necropsia, com tarefas restritas ao exame necroscópico, suprimindo a enorme carência para essa atividade no âmbito da instituição, na capital e no interior;

nº 13.038/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja alterada a estrutura da carreira de médico legista no intuito de contemplar o incentivo e o investimento nos anos finais da carreira, passando dos atuais 3% do efetivo para 9,6%, como ocorre nas demais carreiras da PCMG;

nº 13.065/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – e à Advocacia-Geral do Estado – AGE – pedido de providências para que seja realizada análise técnica sobre a possibilidade de convocação de todos os candidatos aprovados na prova de conhecimentos objetiva do concurso para perito criminal da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, regido pelo Edital nº 3/2021, conforme os critérios previstos em seu item 4.2.6, que não participaram das etapas subsequentes do concurso, para realizarem tais etapas; e seja encaminhado aos referidos órgãos o *link* para acesso ao inteiro teor da reunião;

nº 13.129/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que o Estado assegure um mínimo de sete peritos criminais em cada posto de perícia integrada atualmente existente em Minas Gerais, visando oferecer à sociedade um serviço pericial criminal de qualidade;

nº 13.130/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para garantir o pleno e efetivo funcionamento da cadeia de custódia no Estado, conforme previsto nos arts. 158-A e 158-F da Lei Federal nº 13.964, de 2019, por meio da implantação de centrais de custódia em todos os 63 postos de perícia da PCMG, incluindo recursos humanos e toda a infraestrutura necessária à execução de seus procedimentos;

nº 13.148/2022, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Paróquia São Roque, da cidade de Itaobim, Diocese de Araçuaí, pelos 50 anos de sua constituição;

nº 13.223/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao presidente da Câmara dos Deputados pedido de providências para que o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2015, que dispõe sobre o exercício da profissão de podólogo, seja brevemente apreciado;

nº 13.233/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de providências para que seja suspensa a venda da sua parte acionária (33,33%) na Companhia Brasileira de Lítio – CBL –, tendo em vista que as empresas associadas que ganharam o leilão não possuem capital declarado, hábil para gerir a unidade de mineração e a planta de processamento químico de lítio adquiridos nesse processo;

nº 13.234/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – pedido de informações sobre os procedimentos, os protocolos e a análise que foi realizada em julho deste ano durante o leilão da participação acionária (33,33%) dessa estatal na Companhia Brasileira de Lítio – CBL –, considerando-se denúncias recebidas e divulgadas por diversos meios de comunicação de que as empresas que compraram a participação da Codemge possuem separadamente um capital menor que o valor do salário mínimo estipulado para o ano de 2022, irregularidade que é uma ameaça à estabilidade financeira da estatal e conseqüentemente aos trabalhadores;

nº 13.235/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam apuradas as irregularidades do leilão realizado em julho deste ano pela Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge –, sendo o objeto do processo a venda da participação acionária (33,33%) dessa estatal na Companhia Brasileira de Lítio – CBL –, considerando-se denúncias de que as empresas que compraram a participação da Codemge possuem separadamente um capital menor que o valor do salário mínimo estipulado para o ano de 2022, irregularidade que é uma ameaça à estabilidade financeira da estatal e conseqüentemente aos trabalhadores;

nº 13.236/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que seja suspensa a venda da parte acionária (33,33%) da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – Codemge – na Companhia Brasileira de Lítio – CBL –, tendo em vista as irregularidades no processo, conforme denúncias recebidas e divulgadas pelos meios de comunicação de que as empresas associadas que ganharam o leilão não possuem capital declarado, hábil para gerir a parte adquirida no leilão realizado em julho deste ano, o que poderia levar ao sucateamento da empresa e ameaçar os postos de trabalhos;

nº 13.237/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para que sejam convocados os candidatos aprovados como excedentes no concurso público para o provimento de cargos da carreira de agente de segurança penitenciário (policia penal) regido pelo Edital Sejustp nº 2/2021, de 17 de agosto de 2021.

Em seguida, é aprovado o relatório final do Assembleia Fiscaliza Mais – Edição 2022, cujo tema escolhido foi a dinâmica do mercado de trabalho, combate ao desemprego, superação da pobreza e garantia de renda, o qual foi publicado na edição de 9/11/2022. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Betão, presidente – Beatriz Cerqueira – Leninha.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 21/11/2022

Às 14h11min, comparecem à reunião a deputada Ana Paula Siqueira (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, a situação dos servidores públicos lotados na Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig –, que estão sendo substituídos por funcionários da MGS, e também o sucateamento da fundação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.332/2022, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ouro Preto pedido de providências para que seja revisto o contrato de prestação de serviços de saneamento básico firmado com a Saneouro, com vistas a rescisão contratual, em virtude dos valores abusivos praticados nas contas de água apresentadas à população ouro-pretana e diante das denúncias de precarização dos serviços prestados por essa empresa; e seja realizada ampla discussão com os cidadãos, através de audiências públicas, seminários e conferências municipais, para que a comunidade possa apresentar suas dúvidas, denúncias e demandas, bem como um debate sobre a necessidade da reestatização dos serviços de saneamento básico nessa cidade;

nº 13.489/2022, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada visita ao Hospital Júlia Kubitschek, no Município de Belo Horizonte, para averiguar as condições de funcionamento e infraestrutura da unidade;

nº 13.491/2022, do deputado Virgílio Guimarães, em que requer seja formulada manifestação de apoio à Prefeitura Municipal de Jeceaba pelo projeto ambiental Usina de Tratamento de Resíduos a ser implementado no município;

nº 13.502/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater os obstáculos enfrentados pela sociedade civil para exercer o direito de participação e deliberação no Conselho Estadual de Política Ambiental –

Copam – e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH –, bem como para esclarecer as denúncias que motivaram os conselheiros de sete entidades de proteção ao meio ambiente a renunciarem a seus mandatos;

nº 13.511/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira e dos deputados Virgílio Guimarães e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas à 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde as notas taquigráficas da 10ª Reunião Extraordinária da comissão, que teve por finalidade debater a situação dos servidores públicos lotados na Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, que estão sendo substituídos por funcionários da Minas Gerais Administração e Serviços – MGS –, e o sucateamento da referida fundação;

nº 13.513/2022, do deputado Professor Cleiton, da deputada Ana Paula Siqueira, da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Virgílio Guimarães, em que requerem seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a situação atual da Fhemig, em especial quanto às questões que especificam;

nº 13.514/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira e dos deputados Virgílio Guimarães e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a falta de materiais de consumo e uso médico nas unidades hospitalares da instituição, conforme denúncia apresentada na 10ª Reunião Extraordinária da Comissão, que teve como finalidade debater a situação dos servidores públicos lotados na Fhemig, que estão sendo substituídos por funcionários da Minas Gerais Administração e Serviços – MGS –, e sobre o sucateamento da instituição;

nº 13.515/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira e dos deputados Virgílio Guimarães e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre a ocorrência de terceirização do serviço de transporte por ambulância em suas unidades, explicitando-se se houve concorrência pública para a contratação da empresa terceirizada e qual foi a empresa vencedora do processo licitatório;

nº 13.529/2022, das deputadas Beatriz Cerqueira e Ana Paula Siqueira e dos deputados Virgílio Guimarães e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado à presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de informações sobre os critérios para o pagamento de Gratificação de Incentivo à Eficientização do Serviço – Giefs – e para pagamento das Giefs diferenciadas, tendo em vista a denúncia de servidores da Fhemig de que a pontuação foi diminuída para servidores efetivos e redirecionada para aumento das Giefs diferenciadas para cargos de assessoramento de recrutamento amplo;

nº 13.530/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater o impacto das cobranças abusivas da concessionária de serviço de água e esgoto Saneouro, no Município de Ouro Preto, que, segundo denúncia de usuários, passou a adotar as tarifas mais caras do país, com valores três vezes maiores que a média de cobrança de todas as cidades.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carolina Santos Lages, chefe de gabinete da Fhemig e Diana Martins Barbosa, diretora de Contratualização e Gestão de Informação da Fhemig, ambas representando a Sra. Renata Ferreira Leles Dias, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig; Ariete do Perpetuo Socorro Domingues de Araújo, diretora financeira do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; Lourdes Aparecida Machado, vice-presidenta do Conselho Estadual de Saúde, representando o presidente; e Dehonara de Almeida Silveira, diretora executiva do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde-MG; e os Srs. Jairo Nogueira Filho, presidente da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG; Renato Almeida Barros, diretor financeiro do Sind-Saúde-MG; e Carlos Augusto dos Passos Martins, presidente da Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais de Minas Gerais – Asthemg. A presidência concede a palavra ao deputado Professor Cleiton, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 2022.

Marquinho Lemos, presidente – Virgílio Guimarães – Professor Cleiton.

**ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/11/2022**

Às 14h35min, comparecem (ou comparece) à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.978/2015, na forma do Substitutivo nº 2 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator dep. Ulysses Gomes); 1.187/2019, na forma do Substitutivo nº 3 (relator dep. Hely Tarquínio); 1.187/2019 (relator: dep. Hely Tarquínio); 2.468/2021 na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Hely Tarquínio), 2.468/2021, pela aprovação na forma do Substitutivo nº 3 (relator: deputado Hely Tarquínio), 2.830/2021, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Hely Tarquínio), e 3.008/2021, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, (relator dep. Hely Tarquínio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de dezembro de 2022.

Hely Tarquínio, presidente – Cássio Soares – Ulysses Gomes.

**ATA DA 47ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/11/2022**

Às 10h8min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Mauro Tramonte, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a proposta do governo do Estado relativa à implantação de parceria público-privada na formação e profissionalização dos adolescentes, em cumprimento de medidas no sistema socioeducativo. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência registra e agradece a presença dos seguintes convidados: Sras. Thaisi Moreira Bauer, coordenadora da Coalizão pela Socioeducação; Cristiane Cunha Grilo, coordenadora do Ambulatório Janela da Escuta; Isabela Araújo Ribeiro, associada sênior do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos; Maria Teresa dos Santos, representante da Associação de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, coordenadora da campanha Flores no Cárcere e integrante da Colisão Negra por Direitos; Giselle da Silva Cyrillo, coordenadora nacional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Isadora Salomão, relatora nacional de Direitos Humanos da Plataforma Dhesca Brasil e responsável pela Missão sobre a situação das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação no Brasil; Ana Souza, defensora pública da Defensoria Pública Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Ato Infracional; Vitória Maria Corrêa Murta, articuladora do Coletivo Desinterna Minas Gerais; Juliana Peito Martins Gonçalves, analista executiva de Defesa Social, pedagoga e diretora do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindpúblicos; e Luzana de Assis Moreira, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais – Sindsisemg; e Srs. Rogério Duarte Guedes, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção

e Combate à Tortura; Bernardo Bahia, coordenador técnico do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos; Pedro Ruano Leocadio Dias, subsecretário de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública; José Lino Esteves dos Santos, presidente do Sindicato dos Auxiliares, Assistentes e Analistas do Sistema Prisional e Socioeducativo; Hugo Barbosa de Paulo, diretor de Defesa Social do Sindpúblicos; e Hugo Matias, defensor público do Estado do Espírito Santo e Membro da Coalizão pela Socioeducação. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/11/2022

Às 16h2min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Delegada Sheila. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovadas, em turno único, as Propostas de Ação Legislativa n°s 179 a 221, 225, 226 e 228 a 234/2022, com parecer pela aprovação na forma de requerimentos apresentados; e rejeitadas as Propostas de Ação Legislativa n°s 222, 223, 224 e 227/2022, com parecer pela rejeição (relator: deputado Marquinho Lemos). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento n° 13.571/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e formular as contribuições das entidades da sociedade civil organizada à equipe de transição do governo federal eleito para tomar posse a partir de 1º de janeiro de 2023, quanto à política ambiental e de recursos hídricos no Estado, garantindo, assim, o direito constitucional de participação popular.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2022.

Marquinho Lemos, presidente – Professor Cleiton – Virgílio Guimarães.



ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/12/2022, ÀS 14 HORAS

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.133, que altera a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 36/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.144, que acrescenta dispositivos à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 37/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.149, que acrescenta artigos à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 38/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.169, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 39/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.171, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 40/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.161, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 41/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 175, que altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 42/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.182, que altera o art. 57 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 43/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.186, que altera a Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, que isenta o cidadão desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 44/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.180, que dispõe sobre a emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso em formato acessível para a pessoa com deficiência visual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Direitos Humanos**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus e Leninha e os deputados Gustavo Valadares, Hely Tarquínio e Marquinho Lemos, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 6/12/2022, às 9 horas, ao Bairro Maria Teresa, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições de serviços básicos como água, esgoto, saneamento básico, pavimentação e transporte público, bem como possíveis violações de direitos humanos.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Betão, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos na comunidade escolar do modelo de educação domiciliar no Brasil.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Delegada Sheila e os deputados Bruno Engler, Delegado Heli Grilo e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o funcionamento do chamado plantão digital da Polícia Civil de Minas Gerais, especialmente em relação aos seus reflexos nas atribuições dos policiais militares que aguardam por horas em delegacias após o atendimento de ocorrências que exigem a condução dos envolvidos, a exemplo da Lei Maria da Penha e situações de flagrante.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leandro Genaro, Gil Pereira, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 96/2019, da deputada Ana Paula Siqueira, de discutir e votar os Pareceres para o

1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.480/2015, do deputado Carlos Pimenta, e 513/2019, do deputado Professor Cleiton, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.472/2022, do deputado Osvaldo Lopes, 3.589/2022, do deputado Osvaldo Lopes, e 3.696/2022, do deputado Doutor Jean Freire, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, André Quintão, Carlos Pimenta e Doutor Paulo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a reconstrução e a transferência de centros de saúde entre bairros do Município de Belo Horizonte sem apresentação prévia dos projetos ao Conselho Municipal de Saúde e às comissões locais de saúde e sem diálogo com os usuários.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

João Vítor Xavier, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Neilando Pimenta, Celinho Sintrocel, Charles Santos e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 11.327, 11.753, 11.754, 11.755, 11.761, 11.763, 11.922 a 11.927, 11.929 e 11.930/2022, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, 11.505/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, 11.701/2022, do deputado Alencar da Silveira Jr., 11.719/2022, do deputado Duarte Bechir, 11.801/2022, do deputado Leonídio Bouças, 11.864/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, 12.001, 12.002, 12.003 e 12.005/2022, da Comissão de Direitos Humanos, 12.217 a 12.222, 12.227, 12.228, 12.259, 12.317 e 12.318/2022, da Comissão de Participação Popular, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Léo Portela, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Professor Cleiton, Raul Belém e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/12/2022, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater e formular as contribuições das entidades da sociedade civil organizada à equipe de transição do governo federal eleito para tomar posse a partir de 1º de janeiro de 2023, quanto à política ambiental e de recursos hídricos no Estado, garantindo, assim, o direito constitucional de participação popular.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

Marquinho Lemos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 7/12/2022, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência de convidados, proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os servidores Márcio Júnio de Oliveira Rezende Silva, Adilson de Brito, Gustavo Gomes Machado, Humberto Alvim Guimarães, Phillippe Marques Carvalho Maciel, Cristina de Noronha Magalhães, Juliana Batista de Souza Franca, Adriana Láussea Meneses Lacerda e com a Polícia Legislativa e a Diretoria de Comunicação da ALMG, pela dedicação e pela excelência dos trabalhos realizados junto à comissão; e de apreciar o relatório final das atividades da comissão.

Sala das Comissões, 5 de dezembro de 2022.

João Leite, presidente.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 29/11/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Camila Andrade Câmara, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Laura Serrano;

exonerando Carlos Dalberto de Oliveira Junior, padrão VL-45, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Delegado Heli Grilo;

exonerando José Carlos Faria, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

exonerando Vanderlei Sérvulo de Araújo, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Cleiton;

**ERRATAS****ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1/12/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/12/2022, na pág. 13, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 12.238/2022, onde se lê:

“em que requer seja incorporada”, leia-se:

“em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura pedido de providências para que seja incorporada”.

ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1/12/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 3/12/2022, na pág. 22, sob o título “Requerimentos”, no despacho do Requerimento nº 12.315/2022, onde se lê:

“(– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)”, leia-se:

“(– À Comissão de Cultura.)”.